



Anais da Assembléia

Nº 95

CURITIBA, TERÇA-FEIRA, EM 09 DE AGOSTO DE 1994

ANO XX

MESA DIRETORA

ORLANDO PESSUTI
Presidente - PMDB

HERMAS EURIDES BRANDÃO
1º Vice-Presidente - PTB

GERALDO CARTÁRIO RIBEIRO
2º Vice-Presidente - PP

ANIBAL KHURY
1º Secretário - PTB

DIRCEU SILVEIRA MANFRINATO
2º Secretário - PP

BASÍLIO ZANUSSO
3º Secretário - PFL

CEZAR AUGUSTO CAROLLO SILVESTRI
4º Secretário - PSDB

ABIB MIGUEL
Diretor Geral

LIDERANÇAS

| | |
|----------------------|----------------------------------|
| PMDB - Governo | Deputado RENATO GUIMARÃES ADUR |
| PFL | Deputado NELSON GARCIA |
| PDT | Deputado PAULO MAIA DE OLIVEIRA |
| PTB | Deputado ERONDY SILVÉRIO |
| PSDB | Deputado HEINZ GEORG HERWIG |
| PT | Deputado OVÍDIO JOSÉ CONSTANTINO |
| PL | Deputado JOSÉ COLOMBINO GRASSANO |
| PP | Deputado NILTON ROBERTO BARBOSA |

REPRESENTAÇÃO PARTIDÁRIA

PMDB - 12: Arlindo Adelino Troian - Orlando Pessuti - Renato Guimarães Adur - Severino Félix Pessoa - Djalma de Almeida César - Cleiton Kielse Bordini Crisóstomo - Domingos Faustino de Carvalho - Antonio Toti Colaço Vaz - José Afonso Júnior - José Durval Mattos do Amaral - José Tavares da Silva Neto - Luiz Carlos Cafo Quintana; **Suplentes:** Eurides Moura - Oswaldo Trevisan - Luiz Henrique Bona Turra - Nereu Alves de Moura - Rogério Donato Kampa - Hidekazu Takayama; **PP** - 11: João Preis - Nilton Roberto Barbosa - Neivo Antonio Beraldin - Dirceu Silveira Manfrinato - Edson Silva Lino - Geraldo Cartário Ribeiro - José Artur Ritti - Júlio Bifon - Antônio Costenaro Neto - Antônio Martins Annibelli - Duílio Genari; **PFL** - 05: Élio Lino Rusch - Basílio Zanusso - Plauto Miró Guimarães - Nelson Garcia - Carlos Xavier Simões; **Suplentes:** Voldimir Mirão Maistrovicz - Antonio Ferreira Rüppe Filho; **PDT** - 07: Algaci Ormário Túlio - Emilia de Salles Belinati - Paulo Maia de Oliveira - Namir Alcides Piacentini - Luiz Carlos Zuk - Luiz Carlos Martins - Valdir Luiz Rossoni; **Suplentes:** Valderi Mendes Vilela - Guiomar Mário Pizzato - Adilson Gonçalves Netto; **PSDB** - 03: Alceu Antônio Swarowski - Heinz Georg Herwig - Cezar Augusto Carollo Silvestri; **Suplentes:** Tadeu Lucio Machado - José Boiko; **PTB** - 12: Erondy Silvério - Anibal Khury - Ademar Traianò - Mário Bezerra Guimarães - João Falavinha Iensen - Dalton Machuca - Lourenço Fregonese - Luiz Carlos Alborghetti - Nelson Roberto de Plácido e Silva Justus - Hermas Eurides Brandão - Luiz Antonio Setti - Nilton César Servo; **Suplente:** Geraldo Atsumi Yamada; **PT** - 03: Ovídio José Constantino - Ernani Pudell - Florisvaldo Fier (Dr. Rosinha); **Suplentes:** Lygia Lumina Pupatto - Pérides de H. Mello; **PL** - 01: José Colombino Grassano; **Suplentes:** Delvino Longhi - Mário Vargas J. da Rocha.

4.ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 12.ª LEGISLATURA
ATA DA 73.ª SESSÃO ORDINÁRIA
REALIZADA EM 09 DE AGOSTO DE 1994

(TERÇA-FEIRA)

Presidência do Senhor Deputado Orlando Pessuti, secretariada pelos Senhores Deputados Durval Amaral e Plauto Miró Guimarães.

A hora regimental, é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Orlando Pessuti, Hermas Brandão, Geraldo Cartário, Anibal Khury, Dirceu Manfrinato, Basílio Zanusso, Cezar Silvestri, Ademar Traiano, Alceu Swarowski, Algaci Túlio, Antônio Annibelli, Costenaro Neto, Arlindo Troian, Caíto Quintana, Cleiton Kielse, Colombino Grassano, Djalma de Almeida César, Domingos Carvalho, Doutor Rosinha, Durval Amaral, Duílio Genari, Edson Silva Lino, Elío Rusch, Ernani Pudell, Erondy Silvério, Heinz Herwig, João Preis, José Arthur Ritti, José Tavares, Júlio Bifon, Luiz Antonio Setti, Luiz Carlos Alborghetti, Luiz Carlos Zuk, Mário Bezerra, Namir Piacentini, Neivo Beraldin, Nelson Garcia, Nelson Justus, Nilton Barbosa, Ovídio Constantino, Paulo Maia, Plauto Miró Guimarães, Renato Adur, Severino Félix, Toti Colaço e Rossoni (46). Achando-se ausentes os seguintes Srs. Deputados: Carlos Simões, Dalton Machuca, João Iensen, José Afonso Júnior, Lourenço Fregonese, Luiz Carlos Martins e Nilton Servo (07). Achando-se em licença a Sra. Deputada Emilia Belinati (01).

Verificada a existência de número legal, o Senhor Presidente declara aberta a

S E S S Ã O.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO - Procede à leitura da Ata da sessão anterior, a qual foi aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO - Procede à leitura do seguinte

E X P E D I E N T E:

Indicação:

INDICAÇÃO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, respeitosamente indica o Deputado Arlindo Troian para compor a Comissão de Finanças, em substituição ao Deputado Durval Amaral, haja vista que o mesmo já esteja designado como Relator da Comissão de Orçamento.

Sala das Sessões, em 09.08.94

(a) RENATO ADUR

Líder do PMDB

Requerimentos:

REQUERIMENTO N° 1859

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, com fundamento no disposto pelo artigo 182 do Regimento Interno e, após ouvido o Plenário, respeitosamente REQUER regime de urgência ao Projeto de Lei n° 272/94, Mens. 077/94, de autoria do Poder Executivo, que autoriza o Poder Executivo a ceder imóvel no bairro Mercês.

Sala das Sessões, em 09.08.94

(a) JOSÉ TAVARES

REQUERIMENTO N° 1849

Senhor Presidente.

Pelo presente comunico a minha ausência na sessão ordinária do dia 09 de agosto, por ter compromissos assumidos anteriormente.

Sendo o que se apresenta para o momento, renovo meus protestos de estima e apreço.

Sala das Sessões, em 09.08.94

(a) CARLOS SIMÕES

REQUERIMENTO N° 1851

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, com fundamento no disposto pelo § 2º do artigo 171 do Regimento Interno e, após ouvido o Plenário, destaque para a discussão e votação da Proposição de Veto n° 046/94, aposto ao Projeto de Lei n° 727/93, de autoria do Deputado Renato Adur.

Sala das Sessões, em 09.08.94.

(a) RENATO ADUR

REQUERIMENTO N° 1858

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e, com fundamento no disposto pelo artigo 187, § 4º do Regimento Interno, REQUER, após ouvido o Plenário, dispensa de discussão e votação da redação final aos projetos aprovados em 2.ª discussão, constantes da Ordem do Dia da presente sessão, qua não tenham sofrido emendas no curso de sua tramitação.

Sala das Sessões, em 09.08.94.

(a) ELIO RUSCH

REQUERIMENTO N° 1852

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve,

no uso de suas atribuições regimentais, e após ouvido o Plenário, respeitosamente REQUER, votação em bloco para as Proposições de Veto n.ºs 033/94, aposto ao Projeto de Lei n.º 604/93; 044/94, aposto ao Projeto de Lei n.º 226/93; 046/94, aposto ao Projeto de Lei n.º 727/93 e 050/94, aposto ao Projeto de Lei n.º 020/94, constantes na Ordem do Dia da presente sessão, itens 1, 2, 3 e 4.

Sala das Sessões, em 09.08.94.

(a) JOSÉ TAVARES

REQUERIMENTO N.º 1850

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, respeitosamente REQUER, após ouvido o Plenário, a retirada da Proposição de Veto n.º 046/94, aposto ao Projeto de Lei n.º 727/93, de autoria do Deputado Renato Adur, da Ordem do Dia de hoje por 03 (três) sessões.

Sala das Sessões, em 09.08.94.

(a) RENATO ADUR

REQUERIMENTO N.º 1868

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o douto e soberano Plenário, sejam enviados votos de pesar, à família Zanlorenzi, pelo passamento do Senhor Carlos Gerônimo Zanlorenzi, ocorrido no dia 05/08/94.

À família enlutada, as nossas sinceras condolências.

Sala das Sessões, em 09.08.94.

(a) TOTI COLAÇO

REQUERIMENTO N.º 1870

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o douto e soberano Plenário, seja enviado votos de pesar, a família Zanlorenzi, pelo passamento do Senhor José Carlos Zanlorenzi, ocorrido em 05/08/94.

À família enlutada, as nossas sinceras condolências.

Sala das Sessões, em 09.08.94.

(a) TOTI COLAÇO

REQUERIMENTO N.º 1873

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja consignado na ata dos trabalhos da sessão de hoje, votos de profundo pesar, pelo falecimento do Senhor Manoel Rolin de Moura, ocorrido no dia 6 de agosto do corrente ano, no Município de Castro, Paraná.

Requer ainda, que da decisão da Casa

seja dada ciência à família enlutada, à Rua do Rosário, n.º 345 - Castro.

Sala das Sessões, em 09.08.94.

(a) DOMINGOS CARVALHO

JUSTIFICATIVA:

No dia 6 de agosto de 1994, faleceu o Senhor Manoel Rolin de Moura, seu passamento veio abrir uma enorme lacuna no seio de sua família, bem como de todo o grande círculo de amigos que possuía.

Hoje, entristecidos desejamos endereçar a família enlutada votos de pesar, rogando a Deus que a todos conforte.

REQUERIMENTO N.º 1874

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja consignado na Ata dos trabalhos da Sessão de hoje, voto de profundo pesar pelo falecimento do Senhor Emídio Santos, ocorrido no dia 4 de agosto do corrente ano, no Município de Castro/PR.

Requer ainda, que da decisão da Casa, seja dada ciência à família enlutada, à Rua Cipriano Marques de Souza, n.º 151, Castro/PR.

Sala das Sessões, em 09.08.94.

(a) DOMINGOS CARVALHO

JUSTIFICATIVA:

No dia 4 de agosto de 1994, faleceu o Senhor Emídio Santos. Seu passamento veio abrir uma enorme lacuna no seio de sua família, bem como de todo o grande círculo de amigos que possuía.

Hoje, entristecidos, desejamos endereçar à família enlutada, votos de pesar, rogando a Deus que conforte-os com sua bondade.

REQUERIMENTO N.º 1875

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja consignado na ata dos trabalhos da sessão de hoje, voto de profundo pesar, pelo falecimento da jovem Mônica Machado Tobias, ocorrido no dia 3 de agosto do corrente ano, no Município de Castro, Paraná.

Requer ainda, que da decisão da Casa, seja dada ciência à família enlutada, à Rua do Rosário, 900.

Sala das Sessões, em 09.08.94.

(a) DOMINGOS CARVALHO

JUSTIFICATIVA:

No dia 3 de agosto de 1994, faleceu a jovem Mônica Machado Tobias. Seu passamento veio abrir uma enorme lacuna no seio de sua família, bem como de todo o grande círculo de amigos que possuía.

Hoje, entristecidos, desejamos endereçar à família enlutada, votos de pesar, rogando a Deus que a todos conforte.

REQUERIMENTO N° 1855

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a inserção em ata de voto de congratulações ao Cel. Sérgio Luiz Malucelli, Comandante do Policiamento da Capital, pelos altos serviços prestados à Região Metropolitana de Curitiba.

Do presente, seja cientificado o Exce-lentíssimo Senhor Governador do Estado, o Secretário de Estado da Segurança Pública, ao Comandante da Polícia Militar do Estado e ao próprio interessado.

Sala das Sessões, em 09.08.94.

(a) RENATO ADUR

JUSTIFICATIVA:

O presente requerimento tem o objetivo de louvar os trabalhos desenvolvidos pelo eminente Senhor Coronel Sérgio Luiz Malucelli, que com grande determinação e capacidade tem melhorado, em muito, a segurança da Cidade de Curitiba e Região Metropolitana.

Após a assunção de seu comando, percebe-se uma maior tranquilidade no seio da família paranaense.

Sua determinação é oriunda da boa formação técnica, profissional e científica com que são formados os oficiais da Polícia Militar do Estado do Paraná.

REQUERIMENTO N° 1856

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja concedido votos de congratulações ao "Jornal da Manhã", que circula em formato "standart", enaltecendo a imprensa escrita de Ponta Grossa.

O "Jornal da Manhã" é um prestigioso órgão da imprensa escrita princesina, que vem, na medida do possível, ampliando suas publicações para o melhor conforto do eleitor.

Requer ainda, que da decisão desta Casa seja dada ciência ao "Jornal da Manhã", cumprimentando o Diretor-Presidente, Senhor Gustavo Horst; a Diretora Executiva, Senhora Leandrina Castro; ao Diretor Administrativo, Senhor Paulo Roberto Godoy; bem como aos editores, redatores, jornalistas e demais funcionários do jornal, à Rua Santos Dumont, 1039, em Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 09.08.94.

(a) LUIZ CARLOS ZUK

REQUERIMENTO N° 1863

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja concedido votos de congratulações à Polí-

cia Militar do Paraná, que comemora 140 anos de existência.

A Polícia Militar do Paraná, vem ao longo de 140 anos, lutando em defesa da família paranaense e mesmo diante de situações difíceis, nunca deixou a população sem segurança.

Requer ainda, que da decisão desta Casa seja dada ciência ao Comandante da Polícia Militar, Senhor Sérgio Itamar Alves, à Av. Mal. Floriano Peixoto, 1401, em Curitiba; e ao Comandante do 1° BPM, Senhor Osires José Gubert; e ao Comandante do 2° GI, Senhor Luis Carlos de Carvalho, à Rua Prof. C. Fontes, 985, em Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 09.08.94.

(a) LUIZ CARLOS ZUK

REQUERIMENTO N° 1865

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja concedido votos de congratulações pela realização da 2.ª EFAPI - Exposição Feira Agropecuária e Industrial dos Campos Gerais.

A EFAPI apresenta uma variedade de eventos, entre eles exposições, shows artísticos, desfiles, apresentação de farras, provas regionais e outros.

Requer ainda, que da decisão desta Casa seja dada ciência à Prefeitura Municipal de Castro, à Praça P. Kaled, 22, em Castro; e a Sociedade Rural dos Campos Gerais, à Av. 7 de Setembro, 800, cj. 410, em Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 09.08.94.

(a) LUIZ CARLOS ZUK

REQUERIMENTO N° 1871

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a inserção em Ata de voto de congratulações ao Maj. GUARACI MORAES BARROS, Comandante do Regimento da Polícia Montada Cel. Dulcídio, pelos altos serviços prestados à Região Metropolitana de Curitiba.

Do presente, seja cientificado o Exce-lentíssimo Senhor Governador do Estado, o Senhor Secretário de Estado da Segurança Pública, ao Comandante da Polícia Militar do Estado e ao próprio interessado.

Sala das Sessões, em 09.08.94.

(a) RENATO ADUR

JUSTIFICATIVA:

O presente requerimento tem o objetivo de louvar os trabalhos desenvolvidos pelo eminente Senhor Major GUARACI MORAES BARROS, que com grande determinação e capacidade tem melhorado, em muito, a segurança da Cidade de Curitiba e Região Metropolitana.

Após a assunção de seu comando, percebe-se uma maior tranqüilidade no seio da família paranaense.

Sua determinação é oriunda da boa formação técnica, profissional e científica com que são formados os oficiais da Polícia Militar do Estado do Paraná.

REQUERIMENTO N° 1876

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a inserção em Ata, de votos de congratulações à Polícia Militar do Paraná, pelo transcurso do 140° aniversário de criação da Corporação.

Do presente, seja cientificado o seu Comandante Cel. QOPM SÉRGIO ITAMAR ALVES.

Sala das Sessões, em 09.08.94.

(a) RENATO ADUR

REQUERIMENTO N° 1860

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, REQUER a Vossa Excelência seja oficiada manifestação desta Assembléia Legislativa ao Secretário Estadual da Saúde, Senhor Mauro Daisson Otero Goulart, solicitando com urgência a aquisição de uma ambulância para atendimento emergencial na localidade do Jardim Ipê, Município de Almirante Tamandaré.

Sala das Sessões, em 09.08.94.

(a) PAULO MAIA

JUSTIFICATIVA:

É importante a aquisição desta ambulância, pois viabilizará o atendimento emergencial de populações carentes da região, que compreende o Jardim Ipê, Jardim Itamarati, Jardim Grasielle, Jardim Ginestre e Vila Feliz.

REQUERIMENTO N° 1861

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, REQUER a Vossa Excelência seja oficiada manifestação desta Assembléia Legislativa ao Secretário Estadual da Segurança Pública, Senhor Rolf Köerner Jr., solicitando com urgência a construção de um módulo policial na localidade de Jardim Ipê, no Município de Almirante Tamandaré.

Sala das Sessões, em 09.08.94.

(a) PAULO MAIA

JUSTIFICATIVA:

Tal instalação se faz necessária para atender os moradores dos bairros do Jardim Ipê, Jardim Itamarati, Jardim Grasielle, Jardim Ginestre e Vila Feliz, que carecem deste importante serviço prestado pela polícia, uma vez que a região é alvo

constante de ação de marginais.

REQUERIMENTO N° 1866

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, REQUER a Vossa Excelência seja oficiada manifestação desta Assembléia Legislativa ao Presidente da TELEPAR, Senhor Luiz Alberto Martins de Oliveira, solicitando com urgência a instalação de um telefone comunitário na localidade de Jardim Ipê, no Município de Almirante Tamandaré.

Sala das Sessões, em 09.08.94.

(a) PAULO MAIA

JUSTIFICATIVA:

A instalação deste aparelho beneficiará imediatamente a população dos bairros do Jardim Ipê, Jardim Itamarati, Jardim Grasielle, Jardim Ginestre e Vila Feliz, que há muito tempo pleiteia este importante serviço prestado pela TELEPAR.

REQUERIMENTO N° 1862

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, envio de expediente ao Secretário de Segurança Pública, Senhor Rolf Köerner Júnior, solicitando viaturas policiais para a 13ª Subdivisão Policial de Ponta Grossa.

A 13ª Subdivisão Policial volta a enfrentar problemas por falta de viaturas. A delegacia central, onde estão baseadas as seções especializadas e as Delegacias de Proteção ao Menor e de Antitóxico, está realizando seus expedientes apenas com dois carros. A Furto e Roubos e Investigação e Capturas tiveram de solicitar as viaturas do 2° e 1° Distritos Policiais.

Essa medida é importante e urgente, para que a população venha a ter maior conforto e segurança.

Sala das Sessões, em 09.08.94.

(a) LUIZ CARLOS ZUK

REQUERIMENTO N° 1864

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, envio de expediente ao Ministro da Justiça, Senhor Alexandre de Paula D. Martins, solicitando a implantação da Vara da Justiça Federal em Ponta Grossa.

Ponta Grossa possui um número considerável de ações que envolvem a União Federal, suas autarquias e entidades estatais, e conta somente com o trabalho da Justiça Estadual.

A Vara da Justiça Federal, se criada e implantada em Ponta Grossa, poderá abranger as cidades de Imbituva, Irati, Teixeira Soares, Rebouças, Rio Azul, Mallet,

Inácio Martins, São Mateus do Sul, União da Vitória, Prudentópolis, Paulo Frontin, Arapoti, Sengés, Jaguariaíva, Piraí do Sul, Ventania, Castro, Ortigueira, Telêmaco Borba, Tibagi, Palmeira, São João do Triunfo, Ipiranga, Ivaí, Reserva, Curiúva, Porto Amazonas e Wenceslau Braz.

A implantação da Vara da Justiça Federal em Ponta Grossa, iria beneficiar os municípios acima citados, e agilizar o estudo dos processos, que antes tinham que ser tratados na Vara de Curitiba.

Ministério da Justiça: Esplanada dos Ministérios, Bloco T - Brasília - DF.

Sala das Sessões, em 09.08.94.

(a) LUIZ CARLOS ZUK

REQUERIMENTO N° 1867

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o douto e soberano Plenário, seja encaminhado expediente ao Excelentíssimo Senhor Doutor Jackson Baduy, Secretário de Estado da Saúde, solicitando a liberação de medicamentos aos Postos de Saúde e Hospital do Município de Rebouças.

A presente solicitação visa suprir a falta de medicamentos nos locais de atendimento médico, oferecer condições de tratamento às pessoas carentes que não possuem condições financeiras para realizar um tratamento de saúde, devido ao alto custo dos medicamentos.

Sala das Sessões, em 09.08.94.

(a) TOTI COLAÇO

REQUERIMENTO N° 1869

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o douto Plenário, seja encaminhado expediente ao Excelentíssimo Senhor Doutor Jackson Baduy, Secretário de Estado da Saúde, solicitando a liberação de recursos financeiros destinados à aquisição de móveis e equipamentos para instalação do Hospital Municipal de Imbituva.

Tal solicitação se prende ao fato da necessidade de materiais e equipamentos básicos para o bom desempenho das funções e atendimento do hospital à população do município.

Sala das Sessões, em 09.08.94.

(a) TOTI COLAÇO

REQUERIMENTO N° 1872

Senhor Presidente.

Os Deputados que o presente subscrevem, no uso de suas atribuições regimentais, REQUEREM envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor Heron Arzua, Secretário de Estado da Fazenda, solicitando a

convocação do Senhor Norton de Macedo, Presidente do BANESTADO, e do Senhor Sérgio Druczzsz, ex-vice-Presidente de Operações do BANESTADO, na sessão do dia 15 do corrente, para prestarem esclarecimentos sobre a demissão do Senhor Sérgio Druczzsz.

Sala das Sessões, em 09.08.94.

(aa) DOUTOR ROSINHA

OVIDIO CONSTANTINO

ERNANI PUDELL

JUSTIFICATIVA:

Segundo notícia divulgada no Jornal Folha de Londrina do dia 03.08.94, o Senhor Sérgio Druczzsz entregou sua carta de demissão ao Presidente do BANESTADO no dia 02 de agosto, sem divulgação oficial do motivo da demissão.

O requerimento justifica-se pela necessidade da transparência na administração do Governo do Estado, além de ser dever dos Deputados fiscalizar todo bem público.

REQUERIMENTO N° 1877

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o Plenário, REQUER, o envio de expediente ao Ministro da Fazenda, solicitando a extinção da T.R. para o Crédito Agrícola.

Sala das Sessões, em 09.08.94.

(a) RENATO ADUR

JUSTIFICATIVA:

Torna-se inviável para os agricultores pagarem os juros pelos financiamentos, que variam de 6,9% a 12,5% conforme a renda, mais a T.R., que em julho foi de 6,86% e será, em agosto, de 4%. Com todas essas taxas, o produtor rural deverá pagar muito mais que os 20% de juros efetivos ao ano, incompatível com sua atividade.

Os produtores rurais correm o risco de passarem pelo mesmo problema ocorrido com o Plano Collor I, quando houve um descasamento semelhante entre a correção monetária e custo dos produtos.

Inadmissível se tentar concorrer no mercado internacional com os altos custos da produção agrícola no Brasil, se compararmos tão somente com a parte oeste europeia.

Impossível se compararmos os custos brasileiros com os norte-americanos. A produção agrícola brasileira, para entrar no mercado externo não pode mais depender das grandes geadas e dilúvios acontecidos no resto do mundo para que o nosso produto tenha competitividade de mercado.

REQUERIMENTO N° 1878

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o Plenário, REQUER, o envio de

Curitiba, terça, em 09.08.94

expediente ao Ministro da Indústria e Comércio, solicitando a extinção da T.R. para o Crédito Agrícola.

Sala das Sessões, em 09.08.94.

(a) RENATO ADUR

JUSTIFICATIVA:

Torna-se inviável para os agricultores pagarem os juros pelos financiamentos, que variam de 6,9% a 12,5% conforme a renda, mais a T.R., que em julho foi de 6,86% e será, em agosto, de 4%. Com todas essas taxas, o produtor rural deverá pagar muito mais que os 20% de juros efetivos ao ano, incompatível com sua atividade.

Os produtores rurais correm o risco de passarem pelo mesmo problema ocorrido com o Plano Collor I, quando houve um descasamento semelhante entre a correção monetária e custo dos produtos.

Inadmissível se tentar concorrer no mercado internacional com os altos custos da produção agrícola no Brasil, se compararmos tão somente com a parte oeste europeia.

Impossível se compararmos os custos brasileiros com os norte-americanos. A produção agrícola brasileira, para entrar no mercado externo não pode mais depender das grandes geadas e dilúvios acontecidos no resto do mundo para que o nosso produto tenha competitividade de mercado.

REQUERIMENTO N° 1879

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o Plenário, REQUER, o envio de expediente ao Ministro da Agricultura, solicitando a extinção da T.R. para o Crédito Agrícola.

Sala das Sessões, em 09.08.94.

(a) RENATO ADUR

JUSTIFICATIVA:

Torna-se inviável para os agricultores pagarem os juros pelos financiamentos, que variam de 6,9% a 12,5% conforme a renda, mais a T.R., que em julho foi de 6,86% e será, em agosto, de 4%. Com todas essas taxas, o produtor rural deverá pagar muito mais que os 20% de juros efetivos ao ano, incompatível com sua atividade.

Os produtores rurais correm o risco de passarem pelo mesmo problema ocorrido com o Plano Collor I, quando houve um descasamento semelhante entre a correção monetária e custo dos produtos.

Inadmissível se tentar concorrer no mercado internacional com os altos custos da produção agrícola no Brasil, se compararmos tão somente com a parte oeste europeia.

Impossível se compararmos os custos brasileiros com os norte-americanos. A produção agrícola brasileira, para entrar no mercado externo não pode mais depender

das grandes geadas e dilúvios acontecidos no resto do mundo para que o nosso produto tenha competitividade de mercado.

REQUERIMENTO N° 1880

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o Plenário, REQUER, o envio de expediente ao Presidente da República, solicitando a extinção da T.R. para o Crédito Agrícola.

Sala das Sessões, em 09.08.94.

(a) RENATO ADUR

JUSTIFICATIVA:

Torna-se inviável para os agricultores pagarem os juros pelos financiamentos, que variam de 6,9% a 12,5% conforme a renda, mais a T.R., que em julho foi de 6,86% e será, em agosto, de 4%. Com todas essas taxas, o produtor rural deverá pagar muito mais que os 20% de juros efetivos ao ano, incompatível com sua atividade.

Os produtores rurais correm o risco de passarem pelo mesmo problema ocorrido com o Plano Collor I, quando houve um descasamento semelhante entre a correção monetária e custo dos produtos.

Inadmissível se tentar concorrer no mercado internacional com os altos custos da produção agrícola no Brasil, se compararmos tão somente com a parte oeste europeia.

Impossível se compararmos os custos brasileiros com os norte-americanos. A produção agrícola brasileira, para entrar no mercado externo não pode mais depender das grandes geadas e dilúvios acontecidos no resto do mundo para que o nosso produto tenha competitividade de mercado.

Projetos de Lei:

PROJETO DE LEI N° 278/94

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1° - Fica declarado de Utilidade Pública Estadual o Centro de Conversão de Amparo ao Idoso, com sede e foro na cidade de Cândido de Abreu, Estado do Paraná.

Art. 2° - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 09.08.94

(a) EDSON SILVA LINO

JUSTIFICATIVA:

O Centro de Conversão de Amparo ao Idoso de Cândido de Abreu, fundado em 16 de setembro de 1993, tem personalidade jurídica e é uma sociedade sem fins lucrativos e de natureza jurídica civil, de caráter assistencial filantrópico. Tem por objetivo dar assistência material ao idoso

menos favorecido financeiramente, assim como os desamparados, de qualquer sexo, sem distinção de raça, cor ou credo. Tal assistência far-se-á através de moradias que serão construídas a fim de agregar aqueles julgados necessitados.

O tempo de duração do Centro de Conversão de Amparo ao Idoso é indeterminado.

Exposto isso e considerando que a associação em pauta vem cumprindo com o objetivo para o qual fora constituída, nada mais justo que seja reconhecida de Utilidade Pública Estadual, para cuja proposição conta o parlamentar com o apoio de seus pares com assentamento nesta Casa de Leis.

PROJETO DE LEI N° 279/94
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1° - São beneficiários do vale-transporte, nos termos da Lei n° 9490, de 21 de dezembro de 1990, os servidores públicos estaduais da Administração Pública Direta e Indireta, tais como:

I - Os servidores públicos estaduais em regime único, beneficiados pela Lei n° 10.219, de 21 de dezembro de 1992;

II - os servidores públicos estáveis;

III - os servidores públicos não estáveis;

IV - Os servidores públicos em cargos comissionados.

Art. 2° - O vale-transporte constitui benefício que a Administração Pública Direta e Indireta poderá antecipar ao servidor público estadual para utilização efetiva em despesas de deslocamento residência-trabalho e vice-versa.

§ 1° - Entende-se como deslocamento a soma dos segmentos componentes da viagem do beneficiário, por um ou mais modos de transporte, entre sua residência e o local de trabalho.

Art. 3° - O vale-transporte é aplicável a todas as formas de transporte coletivo público urbano, ou, ainda, intermunicipal e interestadual com características semelhantes ao urbano, operado diretamente pelo Poder Público ou mediante delegação, em linhas regulares e com tarifas fixadas pela autoridade competente.

Parágrafo Único - Excluem-se do dispositivo do "caput" deste artigo os serviços seletivos e especiais.

Art. 4° - A aplicação do benefício do vale-transporte aos servidores públicos estaduais, dependerá, em qualquer caso, de previsão orçamentária na forma da legislação específica.

Art. 5° - É vedado à Administração Pública Direta ou Indireta, substituir o vale-transporte por antecipação em dinheiro ou qualquer outra forma de pagamento.

Parágrafo Único - No caso de falta ou insuficiência de estoques de vale-transporte necessários ao atendimento da demanda e ao funcionamento do sistema, o beneficiário será ressarcido pela Administração Pública Direta ou Indireta, na folha de pagamento imediata, da parcela que a este couber, quando efetuar, por conta própria, a despesa e seu deslocamento.

Art. 6° - O vale-transporte, no que se refere à contribuição da Administração Pública Direta ou Indireta:

I - Não tem natureza salarial, nem se incorpora à remuneração do beneficiário para quaisquer fins;

II - Não constitui base de incidência de contribuição previdenciária;

III - Não configura rendimento tributário do beneficiário.

Art. 7° - Para fazer jus ao vale-transporte, o servidor público Estadual, deverá indicar por escrito à Administração Pública Direta ou Indireta:

I - seu endereço residencial;

II - os serviços e modos de transporte que considerar mais adequados ao seu deslocamento residência-trabalho e vice-versa.

§ 1° - A indicação deverá ser atualizada no caso de alteração das condições dos itens deste artigo.

§ 2° - O beneficiário firmará compromisso de utilizar os vales-transporte exclusivamente para seu efetivo deslocamento residência-trabalho e vice-versa.

§ 3° - A declaração inexata que induza a Administração Pública Direta ou Indireta em erro ou em uso indevido dos vales-transporte, constituirá falta grave, ensejando a punição do infrator na forma da legislação específica.

Art. 8° - Não se concederá o vale-transporte:

I - Ao servidor que manifestar por escrito não desejar usufruir do benefício;

II - Independentemente de manifestação, ao servidor que tenha direitos adquiridos superiores aos do vale-transporte, concedidos pela Administração Pública Direta ou Indireta.

Art. 9° - Fica vedado a cumulação do benefício com outras vantagens relativas ao transporte do beneficiado.

Art. 10 - O vale-transporte será custeado:

I - pelo beneficiário, na parcela

Curitiba, terça, em 09.08.94

equivalente a 6% (seis por cento) de seu salário básico ou vencimento, excluídos quaisquer adicionais ou vantagens;

II - pela Administração Pública Direta ou Indireta, no que exceder a parcela do beneficiário.

§ 1º - A concessão do vale-transporte a servidores públicos estaduais autoriza a Administração Pública Direta ou Indireta a descontar, independente da anuência do beneficiário, a parcela de 6% (seis por cento).

Art. 11 - O desconto da parcela do beneficiário será feito proporcionalmente ao número de vales-transporte concedidos para o período a que se refere o pagamento do salário ou vencimento e por ocasião deste, salvo estipulação em contrário que favoreça o beneficiário.

Art. 12 - Nos casos em que a despesa com o deslocamento do beneficiário se situe aquém de 6% (seis por cento) de seu salário, a Administração Pública Direta ou Indireta poderá antecipar os vales-transporte e descontar do salário do beneficiário os valores despendidos com sua aquisição.

Art. 13 - Para efeito de cálculo da parcela com que o beneficiário concorrerá para o custeio de seu transporte, serão observados as seguintes regras:

I - o cálculo da parcela 6% (seis por cento) incidirá sobre o salário básico;

II - quando se tratar de remuneração constituída de comissões e gratificações, o cálculo incidirá sobre o salário percebido no mês.

Art. 14 - As antecipações ou abonos por conta de futuro reajuste salarial do servidor público estadual, não serão considerados para fim de cálculo da parcela de custeio correspondente ao beneficiário.

Art. 15 - O benefício do vale-transporte cessará:

I - por desistência do beneficiário, desde a data da sua manifestação escrita;

II - por extinção da relação estatutária.

Art. 16 - A empresa operadora do sistema de transporte coletivo público fica obrigada a emitir e a comercializar o vale-transporte, ao preço da tarifa vigente, colocando-o à disposição da Administração Pública Direta ou Indireta e assumindo os custos dessa obrigação, sem repassá-los para a tarifa dos serviços.

Art. 17 - Caso o modelo de remuneração dos serviços adotado pelo poder concedente

envolva centralização de receitas operacionais por este ou por quem dele receber delegação, caberá a quem centralizar tais receitas, a emissão e comercialização dos vales-transporte.

§ 1º - O poder concedente ou órgão de gerência da jurisdição dos serviços, respeitada a legislação federal, exercerá sua competência através da edição de normas complementares de operacionalização do sistema vale-transporte, acompanhando seu funcionamento e efetuando o respectivo controle operacional.

§ 2º - Fica vedada a emissão e comercialização de vale-transporte, simultaneamente pelo poder concedente e empresas operadoras.

Art. 18 - Para cálculo do valor do vale-transporte, será adotada a tarifa integral, relativa ao deslocamento do beneficiário, por um ou mais modos de transporte, mesmo que a legislação local preveja descontos parciais ou totais, para a categoria em que se enquadrar o beneficiário.

Art. 19 - A vedação de repassar custos de emissão e comercialização do vale-transporte permanece mesmo nos casos de delegação ou de transferência dessas atribuições.

Art. 20 - No caso de delegação da emissão e comercialização do vale-transporte pelas empresas operadoras, essas submeterão previamente ao poder concedente ou órgão de gerência os instrumentos de delegação ou de constituição de consórcio para fins de aprovação dos procedimentos a serem instituídos.

Parágrafo Único - As empresas operadoras permanecerão solidariamente responsáveis com a pessoa jurídica delegada ou pelos atos do consórcio em razão de eventuais faltas de serviço que venham a ser cometidas por essas pessoas.

Art. 21 - A pessoa jurídica responsável pela comercialização dos vales-transporte, adotará as providências cabíveis para facilitar sua aquisição pelas pessoas jurídicas de direito público da Administração Direta ou Indireta do Estado.

§ 1º - A pessoa jurídica responsável deverá manter estoques suficientes para atendimento da demanda dentro de níveis de segurança capazes de impedir a ocorrência de falta ou insuficiência de vales-transporte.

Art. 22 - A venda dos vales-transporte será comprovada mediante emissão de recibo numerado em sequência pela pessoa jurídica vendedora, em 2 (duas) vias, das quais

uma ficará com a compradora - com identificação do período de referência, números de vales-transporte vendidos e a beneficiários a que se destinam, o nome o endereço da compradora e seu CGC/MF.

Art. 23 - O vale-transporte poderá ser emitido conforme as peculiaridades e as conveniências locais, para utilização por:

- I - linha;
- II - empresa;
- III - sistema ou outros níveis recomendados pela experiência local.

Art. 24 - O vale-transporte poderá ser emitido em forma de bilhetes, talões, cartelas ou outra forma que melhor convir à segurança e facilidade de distribuição pela pessoa jurídica responsável pela emissão e comercialização.

§ 1º - A pessoa jurídica responsável pela comercialização do vale-transporte, deverá publicar semanalmente demonstrativos financeiros dessa atividade.

§ 2º - As empresas operadoras ficarão obrigadas a manter permanente sistema de registro e controle do número de vales-transporte emitidos, comercializados e utilizados.

Art. 25 - O poder concedente fixará sanções a serem aplicadas à empresa operadora que comercializar o vale-transporte diretamente ou através de delegação, na falta ou insuficiência de estoque necessário ao atendimento da demanda e ao funcionamento do sistema.

Art. 26 - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 09.08.94

(a) CEZAR SILVESTRI

Apoiamento: Nelson Garcia, José Arthur Ritti, Orlando Pessuti, Hermas Brandão, Costenaro Neto, Ademar Traiano, Antônio Annibelli, Rossoni, Paulo Maia, Namir Piacentini, Luiz Antonio Setti, Algaci Túlio, Nilton Barbosa, Edson Silva Lino, Toti Colação, Ovídio Constantino, Luiz Carlos Zuk, Arlindo Troian, Ernani Pudell, Domingos Carvalho, Nelson Justus, Colombino Grassano, Júlio Bifon, Élio Rusch, Heinz Herwig, Mário Bezerra, Basílio Zanusso e Neivo Beraldin.

JUSTIFICATIVA:

O presente Projeto de Lei, dispõe sobre a Lei nº 9.490, de 21 de dezembro de 1990, que institui o vale-transporte no âmbito da Administração Direta ou Indireta do Estado do Paraná.

Essa Lei, segue os parâmetros das leis federais nºs 7.418/85 e 7.619/87 e ainda do Decreto nº 95.247, de 17 de novembro de 1987.

Embora já exista legislação estadual sobre o vale-transporte, esse benefício não chegou a ser implantado, vindo isso, em muito prejudicar o Servidor Público Estadual, pois o benefício atualmente, apenas atingiu, em nosso Estado o servidor público federal e os demais trabalhadores, de modo geral.

Num País como o nosso, onde as obrigações do cidadão são muitas e os direitos são poucos e raramente cumpridos, não poderíamos, na qualidade de representantes do povo paranaense, deixar lacuna tão prejudicial ao nosso servidor público.

O item transporte dentro do orçamento do trabalhador é um dos que mais pesa, tornando-se assim, indispensável que tal fardo seja-lhe aliviado.

O trabalho humano beneficia não apenas o próprio homem, como figura singular, mas beneficia, principalmente, a sociedade como um todo. Por tal razão, temos o dever de zelar pelos direitos daqueles que labutam, emprestando ao Estado parte de suas vidas. Este zelo não deve se limitar apenas em legislar sobre tais direitos, mas primordialmente em fazer cumprir a legislação.

Assim, esperamos a compreensão e o apoio dos demais Pares desta Casa, na imediata aprovação deste Projeto, que a seguir seguirá à apreciação do Sr. Governador do Estado, que com seu espírito de justiça, por certo o sancionará.

É a justificativa.

O SR. PRESIDENTE - No Horário da Liderança do PP concedo a palavra ao Deputado Neivo Beraldin.

O SR. NEIVO BERARDIN - Sr. Presidente, Srs. Deputados, o que nos traz à tribuna na tarde de hoje é para dizer que nós não queremos ficar sem respostas para ninguém no Estado do Paraná, especialmente quando se trata do campo da seriedade, da eficiência e do compromisso assumido com os nossos eleitores do Paraná que querem uma ação prática, positiva de todos os senhores Parlamentares.

Venho à Tribuna na tarde de hoje para dizer a um jornal da capital chamado Impacto que levanta uma questão tão debatida por nós ao longo dos nossos mandatos que é o transporte coletivo intermunicipal. Traz uma matéria o jornal Impacto onde diz o que é que aconteceu com o Deputado Neivo Beraldin que não tem falado desse assunto do monopólio de ônibus? Será que houve algum acerto com os empresários de transporte coletivo intermunicipal do Estado? Pois bem, Senhores Deputados, eu reafirmo mais uma vez que não houve e não haverá porque acredito que para melhorar o transporte coletivo intermunicipal é preciso ter uma

Curitiba, terça, em 09.08.94

concorrência pública, é preciso estimular a concorrência para melhorar a qualidade do serviço e para melhorar o custo das passagens. Mas primeiro a Assembléia do Paraná tem que votar um regulamento onde determina o que deve fazer o Estado como poder concedente. Temos que regulamentar um artigo da Constituição onde dá ao Estado poderes para promover uma concorrência pública para acompanhar a questão do transporte coletivo de maneira competente. Não houve, Senhores Deputados, e não haverá nenhum pedido meu à Mesa Diretora desta Casa para que não coloque em pauta de votação esse projeto. Aliás, quero assegurar a cada Deputado aqui o mesmo compromisso que fiz na legislatura passada que se não pudesse votar e aprovar um regulamento moderno para o transporte coletivo, digo, para o setor do transporte coletivo no mandato passado, com certeza nós lutaríamos neste mandato.

Pois bem, Srs. Deputados, estamos a concluir mais um mandato, mas não foi por falta da voz firme deste Deputado que não votamos esta questão fundamental para o povo e para o usuário do transporte coletivo.

Então, respondendo a esse jornal Impacto que lança uma matéria até certo ponto agressiva com este Parlamentar, não poderia deixar eu de dar uma resposta e aproveitar, aliás, esta oportunidade para lembrar mais uma vez à Mesa desta Casa, para lembrar mais uma vez aos Senhores Deputados que nós estamos com a mesma equipe que nos ajudou a elaborar aquele projeto, elaborando algumas emendas, esperando o momento oportuno para votar sim em favor da livre concorrência, para votar sim em favor de que o Estado acompanhe "pari passu" esta questão do transporte coletivo porque não é possível que o Estado tenha um DSTC, com pequeno aparelhamento, com pequeno grupo de funcionários, poucos fiscais e pouca estrutura para verificar uma matéria tão importante e fundamental para o usuário do transporte coletivo. Volto a repetir, a Graciosa continua com exclusividade fazendo o serviço do litoral; a Garcia, a Sulamericana e a Princesa dos Campos monopolizam 80% do transporte coletivo do Paraná, e este é um Estado moderno, e eu mais uma vez reafirmo o meu compromisso de ver, não acabar com as atuais empresas do Paraná, não prejudicar a Garcia, a Sulamericana e a Graciosa, mas promover uma concorrência para que uma concorrendo com a outra possa melhorar o transporte coletivo, e que o Estado como Poder concedente possa verificar em favor da população do Paraná.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Esta Presidência registra com satisfação, e

a pedido do Deputado Nelson Garcia, a presença do Prefeito de Engenheiro Beltrão, José Orlando Romero e dos Vereadores Fausto e José Martins.

Liderança do PT. Deputado Florisvaldo Fier com a palavra.

O SR. DR. ROSINHA - Sr. Presidente, Srs.

Deputados, a Folha de Londrina do dia 27 do mês passado traz matéria dizendo que a Hemepar descobre a contaminação do sangue coletado no Estado do Paraná. Informa que cerca de 35% do sangue coletado pelas dezesseis unidades do centro de hemoterapia do Estado do Paraná está contaminado com o vírus tipo B da hepatite; e que este sangue, cerca de 30% desse sangue contaminado é coletado na região de Curitiba. Na mesma data a Folha de São Paulo traz matéria dizendo que o sangue coletado na região Oeste e Sudoeste do nosso Estado apresenta uma contaminação de 50% também pelo vírus tipo B da hepatite. Srs. Deputados, o vírus tipo B tem uma prevalência superior ao HIV da AIDS. Tem uma mortalidade superior em cerca de 20 vezes ao da AIDS. Veja só a gravidade superior em cerca de 20 vezes ao da AIDS. veja só a gravidade desta situação. E hoje nós sabemos que o sangue coletado no Estado do Paraná fica estocado sem ser feita a análise, uma vez que a Secretaria de Estado da Saúde não comprou os Kits necessários. Isso faz com que agrave a situação nos hospitais devido a falta de sangue. Duas são as razões; uma delas a falta de doadores; a segunda, ao existirem doadores, a Secretaria de Estado da Saúde não tem o Kit para fazer a análise para diagnosticar ou para constatar se há ou não a presença da sífilis, do vírus HIV, e da hepatite, ou outros agentes contaminadores. A razão da falta de Kits é simplesmente por incompetência administrativa, senão do atual Secretário, mas pelo menos dos dois anteriores ao não fazerem um planejamento das necessidades deste Kit, ao longo do tempo, ao longo do ano, para que o Estado possa fazer as licitações, comprar e ter em estoque.

Quero lembrar que já em 91 denunciei que o governo estava sendo incompetente na compra destes Kits. Naquela ocasião foram comprados e novamente se constata a falta porque há incompetência administrativa, ao planejar.

Esperamos que se não for falta deste atual Secretário que ele responda imediatamente a esta necessidade.

Muitas vezes o doador indo até lá, faz a sua contribuição com a área de Saúde, aí vê que seu sangue não é usado porque está faltando Kit para o controle da qualidade devido a irresponsabilidade ou incompetência administrativa do Secretário.

Esperamos que isso seja solucionado o mais breve possível porque a população que necessita de sangue, de transfusão, não pode sofrer com a ausência deste produto, ou mesmo vir a ser contaminada por uma dessas doenças por falta de análise ou de responsabilidade de nossos governantes.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - No Horário da Liderança do Governo concedo a palavra ao Deputado José Tavares.

O SR. JOSÉ TAVARES - Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Na condição de líder do Governo, nesta Casa, é do meu dever registrar a recente pesquisa feita pelo IBOPE, aqui no nosso Estado, através da qual este importante instituto de pesquisa faz a avaliação do curto porém intenso Governo Mário Pereira, que temos a honra de representar, como seu líder, neste Parlamento. O IBOPE dá uma aprovação de 77% ao Governador Mário Pereira. Considerando, portanto, a sua administração como administração de boa para ótima, com uma postura extremamente equilibrada e procurando dar continuidade ao Governo que ele conquistou há mais de 3 anos com seu companheiro de chapa e com nosso apoio ao Governador Requião.

Todos sabem que constitucionalmente o vice assume na vacância do cargo, do titular do cargo, do titular do cargo de Governador, e o Governador Mário Pereira, nestas condições, há pouco mais de 4 meses assume os destinos do Paraná, como Chefe do Poder Executivo e procura dar continuidade à gestão do Governador Requião. Procura imprimir, dentro de seu estilo, e com sua visão, porque são pessoas diferentes, um estilo de governar que 4 meses depois, através desta pesquisa, recebe a aprovação da maioria esmagadora do povo do Paraná.

Portanto acho que é motivo de orgulho para nós que fazemos parte do Governo, para nós que fizemos parte do Governo Requião, é motivo de orgulho e de satisfação pessoal! Creio ser este o sentimento da maioria que lideramos, neste Parlamento, sabermos que uma pesquisa de opinião da seriedade do IBOPE, faz esta aferição e mostra ao Paraná e ao Brasil que o nosso Governador recebe a aprovação da maioria da população do nosso Estado. Isso particularmente nos realiza enquanto político e nos agrada como companheiros não só de Partido mas como de Governo.

Quero, também, nessa oportunidade, registrar com satisfação a postura do Governador Mário Pereira diante do processo sucessório estadual. Todos nós sabemos que Sua Excelência por ter sido, inclusive, Secretário da Administração do ex-Governador Álvaro Dias é seu eleitor, e como mi-

litante do PMDB seu cabo eleitoral.

Mas, em nenhum momento vai colocar a máquina administrativa a serviço desta ou daquela candidatura, ou mais especificamente a serviço da candidatura de Álvaro Dias. Mas é, também, verdade, Senhor Presidente, nobres colegas, que o Governador Mário Pereira enquanto cidadão, enquanto eleitor, tem a sua posição muito clara em relação à sucessão estadual, seu candidato é Álvaro Dias. Aquele que ele quer ver como seu sucessor, é Álvaro Dias. E isso não fica como dúvida para ninguém.

Evidentemente que como Governador dos interesses maiores do Estado, e eu falo na condição de seu líder e não pela primeira vez sobre esse assunto, ele não estará admitindo, não admitirá o uso, de forma alguma da máquina administrativa para beneficiar a candidatura daquele que vai receber o seu voto, que é Álvaro Dias. Mas, por outro lado, não há porque não deixarmos registrado de maneira muito categórica a sua preferência, assim como a do ex-Governador Roberto Requião pela candidatura do nosso companheiro e candidato Álvaro Dias.

Portanto, Senhor Presidente, Senhores Deputados, esses dois motivos justificam sobremaneira que nós venhamos nesta tribuna, para, como Líder do Governo, destacar a aprovação de Mário Pereira e com a perspectiva de mais cinco meses à frente do Poder Executivo do nosso Estado. Evidentemente que num período difícil, num período de implantação do plano real, num período de eleições, mas eu não tenho dúvida de que ao final deste período quando completar Sua Excelência o mandato que recebeu junto com Requião terá uma aprovação ainda maior que esta que o IBOPE conseguiu assuntar em toda população do Paraná. E a outra, é exatamente a sua posição, clara, límpida, insofismável, posição esta que nunca colocamos dúvida, de que independentemente da sua posição de Governador, mas como cidadão comum, como eleitor, como membro do PMDB, Partido coligado com o PP e que apóia a candidatura de Álvaro Dias, Sua Excelência terá como qualquer cidadão num regime democrático o direito de participar ativamente da sucessão estadual em nosso Estado.

Concedo a palavra ao eminente Líder Nilton Barbosa, do PP.

O Sr. Nilton Barbosa - Cumprimento Vossa Excelência, Líder do Governo nesta Casa, que registra nesta tarde dados que traz o Instituto de Pesquisa, IBOPE, onde dá o Governador Mário Pereira 77% de aceitação do povo do Paraná neste período de quatro meses de Governo.

Cumprimentamos pelo registro, cumpri-

mentamos Sua Excelência o Governador e torcemos para que, no final dos meses do seu governo, consiga ele sair com pelo menos 90%. Sabemos da sua disposição de trabalho, da sua postura frente ao Governo e só queremos crer que não haja mudanças radicais em termos de arrecadação no Estado, nós podemos cumprimentá-lo com os 90% que haverá de fechar no final de nove meses do seu Governo.

Por outro lado, registro também que não a mesma pesquisa, mas do mesmo Instituto de Pesquisa, IBOPE, traz a posição do nosso candidato ao Governo Álvaro Dias com 46%, enquanto o seu adversário, ex-Prefeito de Curitiba, com 33%. São 13% de diferença que traz também este instituto de grande credibilidade no País e no Paraná.

Cumprimento Vossa Excelência pelo registro e deixo aqui registrado os meus cumprimentos ao Governador Mário Pereira e a toda a sua equipe de governo.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - A Presidência comunica ao orador que se encontra na Tribuna que o Horário da Liderança está concluído e concede um minuto para a conclusão do seu discurso.

O SR. JOSÉ TAVARES - Senhor Presidente, apenas para concluir, agradecendo o aparte do Líder do PP, e dizer que um dos programas que deram ao Governador Mário Pereira essa condição de aceitação quase que plena por parte do povo do Paraná, sem dúvida alguma, é o seu Projeto Vida Melhor. Um projeto que Sua Excelência lançou já no seu discurso de posse que visa a diminuir os índices de mortalidade infantil no nosso Estado.

Sua Excelência tem destacado com muita ênfase que o Paraná é um modelo de Estado para todo o País em muitos setores, mas que neste particular da mortalidade infantil em determinadas regiões, sobretudo nas regiões aonde nós sofremos o impacto do êxodo rural, da erradicação do café principalmente em períodos como este que sofre as consequências da geada esses índices nos envergonham. Neste sentido Sua Excelência procurou lançar um projeto que pudesse, com recursos do tesouro do Estado, reduzir sensivelmente esses índices para que não mais nos envergonharmos deles, mas, muito pelo contrário, para, a partir do momento em que esses índices forem reduzidos, podermos dizer que temos orgulho de viver num Estado como o Paraná, onde as nossas crianças, principalmente as crianças de famílias pobres, tenham condições também, perspectivas de vida digna através de ações concretas do Governo do Estado, através de um programa de alto alcance social como este.

Agradeço, Senhor Presidente, a atenção

de Vossa Excelência e agradeço também a atenção dos nobres colegas Deputados aqui nesta Casa.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Encerrado o Horário das Lideranças, passamos a

ORDEN DO DIA,
com a presença de 46 Senhores Deputados.

Sobre a mesa, expediente subscrito pelo Senhor Deputado Renato Adur, na qualidade de Líder do PMDB, constante do expediente, indicando o nome do Senhor Deputado para compor a Comissão de Finanças, em substituição ao Senhor Deputado Durval Amaral. À Diretoria Legislativa, para anotar.

Expediente subscrito pelo Senhor Deputado Carlos Simões, constante do expediente, comunicando sua ausência na Sessão Ordinária do dia 09 do corrente mês, em função de compromissos assumidos. À Diretoria Legislativa, para anotar.

Projeto de lei de autoria do Senhor Deputado Edson Silva Lino, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Senhor Deputado Cezar Silvestri, devidamente apoiado, constante do expediente. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado José Tavares, constante do expediente, solicitando votação em bloco para as Proposições de Veto n.ºs 033/94, aposto ao Projeto de Lei n.º 604/93; 044/94, aposto ao Projeto de Lei n.º 226/93; 046/94, aposto ao Projeto de Lei n.º 727/93 e 050/94, aposto ao Projeto de Lei n.º 020/94, constantes da Ordem do Dia da presente sessão, itens 01, 02, 03 e 04. **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Renato Adur, constante do expediente, solicitando destaque para a discussão e votação da Proposição de Veto n.º 046/94, aposto ao Projeto de Lei n.º 727/93. **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Renato Adur, constante do expediente, solicitando a retirada da Proposição de Veto n.º 046/94, aposto ao Projeto de Lei n.º 727/93, por 03 (três) sessões. **Aprovado.**

O SR. NILTON BARBOSA - Senhor Presidente, foi aprovada votação em bloco?

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Sim. Dos itens 01, 02 e 04.

Atendendo à aprovação do Plenário, esta Presidência coloca em discussão única e

votação as Proposições 33/94, 44/94 e 50/94, constantes da Ordem do Dia sob os itens 01, 02 e 04.

ITEM 01

DISCUSSÃO ÚNICA - da Proposição n° 033/94. Veto aposto ao Projeto de Lei n° 604/93, de autoria do Deputado Colombino Grassano e outros, que autoriza o Poder Executivo a destinar o imóvel desapropriado pelo Decreto n° 6.627/90, para instalação do Hospital do Servidor Público do Estado. COM RELATÓRIO da C.C.J.. CONSIDERANDO O VETO EM CONDIÇÕES DE SER APRECIADO PELO PLENÁRIO.

OF/DTL/SAT n° 060/94

Curitiba, 09 de maio de 1994.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de acusar o recebimento do Ofício n° 071/94, dessa Presidência, e de levar ao conhecimento de Vossa Excelência que, usando da atribuição conferida pelo art. 87, inciso VII, e na conformidade do disposto no § 1°, do art. 71, ambos da Constituição Estadual, vetei o Projeto de Lei n° 604/93, por julgá-lo inconstitucional e contrário ao interesse público, em razão dos motivos adiante expostos.

Objetiva o autógrafo autorizar o Poder Executivo a destinar a edificação e instalação de hospital para os servidores públicos estaduais, o imóvel desapropriado através do Decreto n° 6.627, de 16 de março de 1990.

O projeto de lei em exame não mereceu acolhimento em face de sua inconstitucionalidade, eis que - com a decorrente criação da unidade hospitalar que preconiza, impondo modificação na estrutura organizacional da administração pública - fere o preceito contido no art. 66, inciso IV, da Carta Estadual, que confere ao Chefe do Poder Executivo a competência para iniciativa do processo legislativo de tal matéria. A inconstitucionalidade da medida agrava-se ainda mais pelo fato de que o pretendido remanejamento de recursos orçamentários afronta, também, o disposto nos arts. 133 e seguintes, da Constituição Estadual, que, igualmente, arrolam o assunto como de iniciativa do Poder Executivo.

Por outro lado, inobstantemente os apontados prismas de inconstitucionalidade, é necessário esclarecer que o veto apostado não poderá significar insensibilidade do governo em relação aos anseios do funcionalismo, pois estão sendo realizados estudos com vistas à plena assistência à saúde dos mesmos, assim como a de seus dependentes.

Ademais, é necessário ressaltar que a matéria, examinada por diversos órgãos do Poder Executivo, foi considerada contrária aos superiores interesses da Administra-

Curitiba, terça, em 09.08.94

ção, tendo em vista que o referido imóvel está passando por reformas, já em fase de conclusão, para ser utilizado como sede do Instituto Ambiental do Paraná - IAP e da SEMA. Mudar, agora, o rumo da situação ou utilizar o questionado imóvel para outras finalidades, seria, sem qualquer sombra de dúvida, impor-se gastos incalculáveis ao erário, sem a mínima possibilidade de suporte orçamentário. Ensejando outros detalhados aspectos sobre o assunto é, por oportuno, adiante transcrito pronunciamento expendido pela Secretaria de Estado do Meio Ambiente:

"Esta Secretaria de Estado do Meio Ambiente, com o respeito e acatamento que sempre tributou ao Poder Legislativo, manifesta sua discordância ao sancionamento do presente projeto de lei escudada no respeito devido ao erário público, já que recebeu a determinação do Senhor Chefe do Poder Executivo para transferir a Sede da Secretaria e do Instituto Ambiental do Paraná - IAP, para o imóvel sediado no Município de Piraquara, objeto do Decreto Estadual n° 6.627/90, e, para cumprimento desta determinação governamental, recebeu a competente dotação orçamentária.

Com o sancionamento do Projeto de Lei n° 604/93, quando 90% (noventa por cento) da reforma das edificações está concluída, adequando-as a repartição administrativa de Secretaria de Estado, haveria uma malversação de recursos públicos, para readequar o imóvel a destinação de Hospital Geral dos Servidores Públicos Estaduais.

Ademais, os prédios hoje ocupados pelo Instituto Ambiental do Paraná, já foram destinados ao Poder Judiciário Estadual, carente de espaço para as reformas exigidas na modernização de sua estrutura administrativa.

Na certeza de que nossas ponderações merecerão a melhor acolhida, servindo de componente para a decisão do Senhor Governador, apresentamos nossos protestos de consideração e apreço."

Esses os motivos que me levaram a vetar o projeto de lei que, em anexo, restituo a essa Colenda Casa.

Valho-me do ensejo para apresentar a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) MÁRIO PEREIRA

(O Projeto de Lei n° 609/93 encontra-se publicado no D.A. n° 143/93, de 18.10.93)

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROPOSIÇÃO N° 033/94

P A R E C E R:

A presente proposição traz Veto apostado ao Projeto de Lei n° 604/93, de autoria do Deputado Colombino Grassano e outros, e tem por finalidade autorizar o Poder Exe-

cutivo a destinar o imóvel desapropriado pelo Decreto n° 6.627/90, para a instalação do Hospital do Servidor Público do Estado.

A Negativa Governamental foi proferida dentro do prazo estabelecido pela Constituição Estadual.

Dessa forma, o mesmo está em condições de ser apreciado pelo Plenário desta Casa de Leis.

Sala das Comissões, em 14.06.94.

(aa) ERONDY SILVÉRIO - Presidente

NILTON BARBOSA - Relator

ITEM 02

DISCUSSÃO ÚNICA - da Proposição n° 044/94. Veto aposto ao Projeto de Lei n° 226/93, de autoria do Deputado Alceu Swarowski. Da nova redação ao artigo 49 do Capítulo III, do Título II, da Lei n° 10.219, de 21 de dezembro de 1992, que criou o Fundo de Previdência do Estado. COM RELATÓRIO DA C.C.J., CONSIDERANDO O VETO EM CONDIÇÕES DE SER APRECIADO PELO PLENÁRIO.

OF/DTL/SAT n° 139/94

Curitiba, 03 de junho de 1994.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de acusar o recebimento do Ofício n° 080/94, dessa Presidência, e de levar ao conhecimento de Vossa Excelência que, usando da atribuição conferida pelo art. 87, inciso VII, e na conformidade do disposto no § 1°, do art. 71, ambos da Constituição Estadual, vetei o Projeto de Lei n° 226/93, por julgá-lo inconstitucional e contrário ao interesse público, pelas razões adiante expostas.

Objetiva o autógrafo dar nova redação ao art. 49 e ao enunciado do Capítulo III, do Título II, da Lei n° 10.219, de 21 de dezembro de 1992. A nova redação proposta ao art. 49, na verdade, constitui-se na inclusão de três parágrafos ao referido dispositivo, visando reduzir a contribuição dos segurados ativos, inativos e dos pensionistas, bem como sua isenção em determinados casos.

A negativa de sanção ao questionado Plano de Lei decorre de sua flagrante inconstitucionalidade, por conflitar com os mandamentos do art. 66, inciso II, da Constituição Estadual, que atribui ao Governador iniciativa privativa para a propositura de tais matérias. A inconstitucionalidade agrava-se ainda mais face às disposições do art. 169, da Magna Carta Federal, que prevêem a necessidade de existência de dotação orçamentária suficiente para atender às projeções de despesa de pessoal e aos acréscimos dela decorrentes.

Ademais, conforme esclarece a Secretaria de Estado da Administração, no pronunciamento que expendeu sobre o assunto, a

medida é também contrária aos superiores interesses públicos porque, reduzindo o montante das contribuições dos servidores ao sistema estadual de previdência, viria implicar em maiores dificuldades ao erário, no que se refere ao suporte financeiro para cobertura das despesas com a folha de pagamento.

Esses os motivos que me levaram a vetar o Projeto de Lei que, em anexo, restituo a essa colenda Casa.

Valho-me do ensejo para apresentar a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) MÁRIO PEREIRA

Governador do Estado

(O Projeto de Lei n° 226/93 encontra-se publicado no D.A. n° 69/93, de 01.06.93).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROPOSIÇÃO N° 044/94

VETO INTEGRAL APOSTO AO

PROJETO DE LEI N° 226/93

P A R E C E R:

Procedemos à análise, no âmbito desta Comissão Técnica, do Veto Integral aposto pelo Governador do Estado ao Projeto de Lei n° 226/93, de autoria do ilustre Deputado Alceu Swarowski, que dá nova redação ao Artigo 49 do Capítulo III, do Título II, da Lei n° 10.219, de 21.12.92, que criou o Fundo de Previdência do Estado, e concluímos que o Veto Governamental ocorreu na observância dos prazos constitucionais, merecendo, portanto, ser acolhido por este Poder Legislativo, cabendo, no entanto, ao Plenário, a apreciação sobre o mérito da matéria.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 28.06.94.

(aa) ERONDY SILVÉRIO - Presidente

ARLINDO TROIAN - Relator

ITEM 04

DISCUSSÃO ÚNICA - da Proposição n° 050/94. Veto aposto ao Projeto de Lei n° 020/94, de autoria do Deputado Dirceu Manfrinato, que autoriza a Secretaria da Educação a implantar o ensino de 2° grau, no Distrito de São Lourenço, Município de Cianorte. COM RELATÓRIO DA C.C.J., CONSIDERANDO O VETO EM CONDIÇÕES DE SER APRECIADO PELO PLENÁRIO.

OF/DTL/SAT n° 159/94

Curitiba, 13 de junho de 1994.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de acusar o recebimento do Ofício n° 126/94, dessa Presidência, e de levar ao conhecimento de Vossa Excelência que, usando da atribuição conferida pelo art. 07, inciso VII, e na conformidade do disposto no § 1°, do art. 71, ambos da Constituição Estadual, vetei o Projeto de Lei n° 020/94, por julgá-lo inconstitu-

cional, pelos motivos adiante expostos.

Objetiva o autógrafo autorizar o Poder Executivo, através da Secretaria de Estado da Educação, a implantar o ensino de 2º grau no Distrito de São Lourenço, Município de Cianorte.

Ainda em que pese a preocupação do nobre Deputado Dirceu Manfrinato, autor do presente projeto de lei, com vistas a ampliar a oferta de ensino médio, a medida não pôde merecer acolhimento, porque conflita com as disposições do art. 66, inciso IV, da Constituição Estadual, que atribui ao Governador do Estado iniciativa privativa para a propositura de leis que disponham sobre tais matérias.

Não obstante a inconstitucionalidade apontada, há que se considerar, ainda, que existem pré-requisitos básicos para a implantação de cursos de 2º Grau, e que não podem ser transgidos, tais sejam, existência de clientela mínima de 35 alunos para a 1ª série, de docentes habilitados para todas as disciplinas, de profissional habilitado para o Serviço de Orientação Educacional e de salas específicas para laboratório de física, de química e de biologia, bem como de salas disponíveis para o funcionamento das turmas de 2º grau, sem prejuízo às classes regulares do Ensino Fundamental.

A Secretaria de Estado da Educação, consultada sobre o assunto, informou que, no corrente ano letivo, existem apenas 26 alunos matriculados na 8ª série, do 1º grau, na Escola Estadual de São Lourenço, portanto, número insuficiente para a implantação de curso a nível de 2º grau, fato este que caracteriza, também, o Projeto de Lei em referência, como contrário ao interesse público.

Esses os motivos que me levaram a vetar o projeto de lei que, em anexo, restituo a essa colenda Casa.

Valho-me do ensejo para apresentar a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) MÁRIO PEREIRA

Governador do Estado

(O Projeto de Lei n° 20/94, encontra-se publicado no D.A. n° 05/94, de 21.02.94).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROPOSIÇÃO N° 050/94
VETO GOVERNAMENTAL AO
PROJETO DE LEI N° 020/94

Analisando o veto governamental em epígrafe, o mesmo encontra-se em plenas condições para ser apreciado pelo douto e soberano Plenário.

É o relatório.

Sala das Comissões, em 28.06.94.

(aa) ERONDY SILVÉRIO - Presidente
TOTI COLAÇO - Relator

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - A Mesa lembra aos Senhores Deputados que para rejeição destes vetos serão necessários vinte e oito votos com a cédula "Não". Os Deputados que votarem pela manutenção do veto deverão votar com a cédula "Sim". O Senhor Primeiro Secretário procederá a chamada nominal dos Senhores Deputados.

O SR. MÁRIO BEZERRA - Para encaminhar, Senhor Presidente.

Rogo aos companheiros desta Casa que derrubemos os vetos todos, especialmente o veto ao item 04, que autoriza a Secretaria da Educação a implantar o ensino de 2º grau no Distrito de São Lourenço, município de Cianorte, que está em apreciação neste momento.

O Distrito de São Lourenço - gostaria apenas de fazer um comentário a respeito, está distante 35 km de Cianorte, tem grandes empresas, principalmente ligadas à área da mandioca, com 200, 250 funcionários e a distância entre Cianorte e São Lourenço dificulta muito a viagem de estudantes da sede ao distrito.

Solicitaria a compreensão dos Senhores Deputados, o projeto não é de minha autoria, é do Deputado Dirceu Manfrinato, mas ele está ausente, é de Cianorte e, como cianortense, rogo aos companheiros para que derrubemos estes vetos do Governo, especialmente considerando este projeto que beneficiaria muito uma grande comunidade cianortense. Sou pela derrubada dos vetos.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Deputado Durval Amaral para a chamada nominal dos Senhores Deputados.

(É feita a chamada nominal para votação).

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - A Presidência designa Comissão constituída de Deputados Toti, Setti e Ritti para a conferência dos votos.

Trinta e oito Deputados presentes à votação.

23 Senhores Deputados votaram SIM e 13 Senhores Deputados votaram NÃO e 2 votos em branco. Total 38. Estão mantidos os vetos e rejeitados os projetos.

Esta Presidência informa aos Senhores Deputados que a Sessão de amanhã, quarta-feira, será às 10 horas da manhã.

ITEM 03

DISCUSSÃO ÚNICA - da Proposição n° 046/94. Veto apostado ao Projeto de Lei n° 727/93, de autoria do Deputado Renato Adur, que proíbe dentro do território do Paraná, o trânsito de mercadorias consideradas lixo químico pelo IBAMA. COM RELATÓRIO da C.C.J., CONSIDERANDO O VETO EM CONDIÇÕES

De conformidade com o requerimento de autoria do Senhor Deputado Renato Adur, solicitando a retirada da referida proposição, fica portanto adiada a discussão por 03 (três) sessões, da Proposição n° 046/94.

OF/DTL/SAT n° 141/94

Curitiba, 06 de junho de 1994.
Senhor Presidente.

Tenho a honra de acusar o recebimento do Ofício n° 088/94, dessa Presidência, e de levar ao conhecimento de Vossa Excelência que, usando da atribuição conferida pelo art. 87, inciso VII, e na conformidade do disposto no § 1°, do art. 71, ambos da Constituição Estadual, vetei o Projeto de Lei n° 727/93, por julgá-lo inconstitucional, em razão dos motivos adiante expostos.

Dispõe o autógrafo que fica proibido, em todo o território do Estado, o trânsito, armazenamento e utilização das mercadorias consideradas "lixo químico", pelo IBAMA, sejam de origem nacional ou internacional, determinando, ainda, que os órgãos do Estado, ligados às funções de transporte, armazenagem, cabotagem, portuário, saúde e fiscalização, efetuarão as fiscalizações em suas respectivas áreas, comunicando ao IAP, as irregularidades encontradas.

Embora meritória a preocupação do autor, face aos relevantes fins sociais pretendidos pelo plano de lei em referência, o mesmo não pôde merecer acolhimento por revestir-se de inconstitucionalidade ao proibir o trânsito das mercadorias consideradas "lixo químico", em todo o território do Estado, eis que a Constituição Federal, em seu art. 22, inciso XI, estabelece como de competência privativa da União legislar sobre trânsito e transporte. Cabe ressaltar, inobstante a inconstitucionalidade apontada, que a medida, tendo em seu texto a expressão "trânsito", não ensejaria as necessárias condições de plena e tranqüila exequibilidade da matéria e poderia, até, motivar grande número de ações judiciais, fato este que caracteriza o projeto de lei em causa como contrário ao interesse público.

Esses os motivos que me levaram a vetar o projeto de lei que, em anexo, restituo a essa Colenda Casa.

Valho-me do ensejo para apresentar a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) MÁRIO PEREIRA

Governador do Estado

(O Projeto de Lei n° 727/93 encontra-se publicado no D.A. n° 172/93, de 06.12.93).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROPOSIÇÃO N° 046/94
VETO APOSTO AO
PROJETO DE LEI N° 727/93

P A R E C E R:

A presente proposição veta o projeto de lei que visa proibir em todo o território do Estado do Paraná, o trânsito, armazenamento e utilização das mercadorias consideradas "lixo químico", sejam de origem nacional ou internacional pelo IBAMA. Veto encaminhado a este Poder através do Ofício DTL/SAT n° 141/94.

Procedida a análise regimental e constitucional da presente proposição, encontramos a mesma dentro dos prazos e procedimentos exigidos.

Diante do exposto, a matéria encontra-se em condições de ser submetida à apreciação do duto Plenário.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 21.06.94.

(aa) ERONDY SILVÉRIO - Presidente

EMILIA BELINATI - Relatora

ITEM 05

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 183/94, de autoria do Deputado Durval Amaral, que autoriza o Poder Executivo a doar área de propriedade do Governo do Estado à Prefeitura Municipal de Santa Fé, conforme especifica. COM PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.O.P.T.C.. **Aprovado o Projeto, artigo por artigo. Emenda. Aprovada.**

ITEM 06

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 188/94, de autoria do Deputado Anibal Khury, que prorroga validade de resultado de Concurso Público para perito criminal, conforme especifica. COM PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.S.P.. Em votação.

O SR. ALGACI TÚLIO (Para Encaminhar) - Senhor Presidente, encareço aos demais Parlamentares para que votem favoráveis a esse projeto, da mesma forma como foi feito ontem, para que se faça justiça a centenas de pessoas que fizeram concurso para perito criminal em 1991 e que até agora não foram chamados ainda e o Governo do Estado já lançou o segundo concurso em cima daquele cujas pessoas não foram ainda nomeadas.

Então, peço a atenção dos Senhores Parlamentares para que votem favoráveis a este projeto do Deputado Anibal Khury que tem o parecer favorável da Comissão de Segurança Pública da qual somos o Presidente.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Em votação o Projeto n° 188/94. **Aprovado por unanimidade, artigo por artigo.**

ITEM 07

DISCUSSÃO ÚNICA - do Projeto de Decreto Legislativo n° 003/94, de autoria da Comissão Executiva, que retifica o Decreto Legislativo n° 006/91, de 09.10.91 (substitui o nome do ex-Governador Roberto Requião pelo Governador Mário Pereira). COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. **Aprovado.**

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO N° 003/94

Art. 1° - Retifica o Decreto Legislativo n° 006/91, de 09 de outubro de 1991, que autoriza o afastamento do Chefe do Poder Executivo aos Países que, com o Brasil, integram o MERCOSUL, no sentido de que o nome do ex-Governador Roberto Requião seja substituído pelo Governador Mário Pereira.

Art. 2° - Este Decreto Legislativo entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em
(a) COMISSÃO EXECUTIVA

OF/DTL/n° 165/94

Curitiba, 23.06.94.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de vir à presença de Vossa Excelência a fim de solicitar a retificação do Decreto Legislativo n° 006/91, de 09 de outubro de 1991, através do qual essa augusta Casa concede autorização para afastamento do Chefe do Poder Executivo aos Países que, com o Brasil, integram o MERCOSUL (Argentina, Paraguai e Uruguai), seja retificado no sentido de que meu nome ali passe a figurar em substituição ao do ex-Governador Roberto Requião, mantidas as demais disposições do referido diploma legal.

Aproveito o ensejo para apresentar a Vossa Excelência aos meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) MÁRIO PEREIRA
Governador do Estado

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO N° 003/94

P A R E C E R:

O presente projeto de decreto legislativo, de autoria da Comissão Executiva, tem por finalidade retificar o Decreto Legislativo n° 006/91, que autorizou o afastamento do Chefe do Poder Executivo aos países que integram o MERCOSUL.

Na qualidade de Presidente da Comissão de Constituição e Justiça, avoco e relato pela aprovação do projeto de decreto legislativo, tendo em vista que houve substituição no Governo do Estado com a renúncia de Roberto Requião e a posterior posse do atual Governador Mário Pereira.

Assim sendo, no uso de minhas atribuições,

Curitiba, terça, em 09.08.94

buições, sou favorável a presente proposição, "ad-referendum" da aprovação no âmbito da Comissão de Constituição e Justiça.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 06.07.94.

(a) ERONDY SILVÉRIO

Presidente e Relator

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Sobre a mesa, Requerimento n° 1858, de autoria do Senhor Deputado Élio Rusch, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 1859, de autoria do Senhor Deputado José Tavares, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos n°s 1855 e 1871, de autoria do Senhor Deputado Renato Adur, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos n°s 1867 a 1870, de autoria do Senhor Deputado Toti Colaço, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos n°s 1856 e 1862 a 1865, de autoria do Senhor Deputado Luiz Carlos Zuk, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos n°s 1866, 1861 e 1860, de autoria do Senhor Deputado Paulo Maia, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 1872, de autoria dos Senhores Deputados Doutor Rosinha, Ovídio Constantino e Ernani Pudell, constante do expediente. **Rejeitado.**

O SR. JOSÉ TAVARES (Para Encaminhar) - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

É mais para dar uma satisfação à Casa e à Bancada, ilustre Bancada do PT - que subscreve este Requerimento - e para, ao final, justificar o porquê de votarmos contra este pleito, em razão dos seguintes argumentos, Senhor Presidente.

A imprensa, principalmente a imprensa escrita, noticiou nos últimos dias com bastante destaque, a exoneração, a saída do vice-Presidente Sérgio Druks, do Conglomerado BANESTADO. E nessa divulgação, a imprensa traz informações irreais, imprecisas, envolvendo o nome desse diretor e o episódio em si.

Então, a bem da verdade, para que se reestabeleça a verdade, gostaria de informar à Casa e ao Estado do Paraná como um todo, que a saída do Diretor Sérgio Druks do cargo que ocupava, se deu mais por uma questão ligada ao princípio da autoridade do que propriamente dita por uma outra razão que pudesse exigir desta Casa uma análise mais profunda. Ele, em nenhum momento, foi voto vencido em reunião nenhuma que teria havido para decidir sobre a in-

tegralização do capital do Banco Del Paraná através do BANESTADO.

Também não é verdade que ora um jornal falou em cinco milhões de dólares, outro disse dez milhões de dólares, que teria sido a razão desse desentendimento, e por isso ele votou, e não concordando, se demitiu. Também como é absolutamente inverídica, im procedente - para não dizer até leviana, eminentes Deputados - a colocação que determinados órgãos da imprensa escrita fizeram de que parte desse dinheiro voltaria para ser gasto na campanha eleitoral aqui no Paraná.

Eu, tem hora que - como homem público; que, como Deputado; que, como Secretário da Justiça; lá atrás como Delegado de carreira - não sei de onde é que saem determinadas informações a respeito de determinados assuntos, envolvendo determinadas pessoas; e, em determinados momentos, Deputado Paulo Maia - às vezes dependendo do assunto - envolvendo o nome da gente.

Não sei da onde é que saem essas informações, porque elas nunca existiram.

Portanto, com a responsabilidade de quem governa a Bancada do Governo, com a responsabilidade de quem detém um mandato e uma vida pública a ser fiscalizada, investigada por quem quer se seja, senti-me no dever de encaminhar este Requerimento para dar estas informações.

Assumi recentemente no Paraguai, uma autoridade ligada à política monetária - se não me falha a memória, o Ministro da Economia, da Fazenda ou Presidente do Banco Central daquele País - que passou a exigir a regularização de 11 estabelecimentos bancários, na sua maioria ou na sua totalidade, não sei, estrangeiros, dentre os quais o BANESTADO, o Banco del Paraná. E o BANESTADO tem interesse, porque convém aos interesses do BANESTADO, ele tem que fazer a integralização de seu capital na casa dos quatro milhões e meio de dólares, e que vinha, de alguma maneira, se arrastando, porque não havia do lado de lá nenhuma imposição para que esta integralização ocorresse.

E esta imposição houve, diretamente ao Banco Central do Brasil, e por isso a diretoria do BANESTADO vai ter que fazer esta integralização, porque isso convém aos interesses do Conglomerado BANESTADO.

Mas, em nenhum momento, Deputado Djalma de Almeida César, em nenhum momento houve reunião de diretoria e o problema foi colocado ou discutido e o vice-Presidente Sérgio Trucks teria sido voto vencido, nada absolutamente nada disso houve! Todos os vice-presidentes, todos os diretores do BANESTADO, particularmente aqueles que já faziam parte da diretoria anterior, na sua maioria, ou aqueles que são funcionários de carreira do próprio

BANESTADO, sabem da necessidade, da importância do Banco do Estado do Paraná fazer a integralização deste capital, junto ao Banco del Paraná.

Por estas razões é que entendo ser desnecessário, em que pese ser legítimo o exercício do encaminhamento de requerimento por parte de Parlamentares, sobretudo da gloriosa Bancada do PT.

Por isso, Senhor Presidente, tendo em vista estas informações, absolutamente verdadeiras é que sugiro à Bancada que dá sustentação ao Governo, nesta Casa, que rejeite este requerimento, porque da forma como as coisas foram colocadas pela imprensa, e se ficarmos aqui, aprofundando discussões em cima de notícias improcedentes, em nada isso vai contribuir para o engrandecimento do Banco do Estado do Paraná.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Esta Presidência dá conhecimento ao Plenário do Artigo 97 do Regimento Interno.

"O Secretário de Estado comparecerá perante a Assembléia ou suas Comissões: 1) - A convocação do Secretário de Estado será resolvida pela Assembléia ou Comissão por deliberação da maioria da composição Plenária, a requerimento de qualquer Deputado ou membro de Comissão."

Todos sabem que a composição Plenária da Assembléia são 54 Deputados e a maioria, por conseguinte 28.

O SR. PAULO MAIA (Para Encaminhar) - Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Entendemos, sem dúvida, a preocupação do nobre Líder do Governo, nesta Casa, quando procura esclarecer o que a imprensa tem dito a respeito do Sr. Sérgio.

Creio que neste momento, se a imprensa levantou esta dúvida, com certeza não é invenção da imprensa, com certeza a preocupação da Bancada do PT, e não estou aqui autorizado pela Bancada do PT, para falar em seu nome, mas a preocupação, neste momento, e a preocupação do nosso voto, que será favorável a este requerimento, é pelo fato de que pede-se apenas um esclarecimento, se a imprensa não está com a verdade, este fato, ou esta forma de informação não foi passada à imprensa com a clareza devida. E a preocupação que se tem hoje, e nos somamos a preocupação deste requerimento, não é em relação à pessoa de um dos seus Diretores, de um dos Diretores do BANESTADO, mas sim, como S. Exa. o Deputado Tavares colocou muito bem, é a preocupação que temos que ter com essa entidade BANESTADO, que não pertence ao Governador, não pertence ao Secretário, mas que pertence ao povo do Paraná. Não é a preocupação em desestabilizar ou tentar desestabi-

lizar a Direção do BANESTADO, nem tão pouco o Governo do Estado, mas é trazer esse Diretor a este Parlamento, apenas para esclarecer a verdade da denúncia, e nós tivemos aqui outras oportunidades, preocupação semelhante quando se levanta o BANESTADO, como foi em épocas passadas, ainda nessa Legislatura, o requerimento rejeitado pedindo-se uma CPI para investigar a não licitação contratada pelo BANESTADO em relação a matérias publicadas das diferentes áreas do Governo e pagas por essa instituição, e julgadas não só pela imprensa, mas também pelo Tribunal de Contas, como suspeitas porque não havia licitação pelo montante dos recursos ali gastos pelo Governo do Estado. Ou da mesma forma, em outras oportunidades, com relação ao BANESTADO, o Deputado Colombino Grassano fazia pedido de informações a esta Casa, mais uma vez rejeitava esse pedido de informações, os esclarecimentos que eram devidos não apenas a este Parlamento, mas através deste Parlamento ao povo do Paraná. Estamos assistindo a cada dia as denúncias pairarem sobre o BANESTADO, sobre a COPEL. E temos a certeza de que as respostas deverão ser trazidas a esse Plenário. E se aqui, rejeitarmos requerimentos com esse teor, é porque estamos tendo certo receio de que a verdade venha à tona através das pessoas que seriam envolvidas. Se não há culpado, culpa, porque evitar que esses agentes venham a este Parlamento esclarecer a verdade dos fatos? Se há medo, há dúvida, com certeza precisamos da verdade para contrapor o que aí está sendo dito e não colocar em dúvida o que a imprensa tem levantado.

Com certeza, se assim procede, de alguma forma, em algum lugar, há referência para tal, por isso estaremos votando favorável ao requerimento da Bancada do PDT, favorável aos esclarecimentos que neste momento requer esse Parlamento e o povo do Paraná.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Para encaminhar, com a palavra Dr. Rosinha.

O DR. ROSINHA - Sr. Presidente, Srs. Deputados, em defesa da instituição BANESTADO é que a nossa Bancada decidiu apresentar requerimento para convocar o Presidente daquela instituição e o vice-Presidente para aqui comparecerem. Se a imprensa tem distorcido os fatos, ou a imprensa tem omitido os fatos ou mentido sobre os fatos, nada melhor do que ouvirmos as duas partes para que possamos esclarecer. Seríamos imparciais se convocássemos somente um dos envolvidos, independente de que lado fosse. Mas quem deseja ver aquela instituição preservada, quem deseja ver todos os fatos esclarecidos de-

ve convocar aqueles Srs. para aqui darem os esclarecimentos.

Cabe a nós parlamentares paranaenses fiscalizar o Poder Executivo e as estatais ou companhias mistas do Governo do Estado, como coube a nós votar os orçamentos e fiscalizar, cabe a nós se esses orçamentos estão sendo aplicados conforme a lei aprovada. Cabe a nós fiscalizar as companhias, as empresas mistas para que possamos esclarecer à população do Paraná o que realmente ocorre. Sairmos de dentro deste Parlamento e irmos para rua e dizer, estamos cumprindo o nosso papel para o qual fomos eleitos, o de Deputado. E ao ouvir os Srs. dirigentes do BANESTADO, chegarmos a tal conclusão e, assim, podermos andar de cabeça erguida pelas ruas, principalmente num momento de descrédito com qual vive a política brasileira.

Esconder ou não permitir que alguns fatos não sejam esclarecidos, somente depõem contra a política e aqueles que a exercem no termo integral da palavra como é o caso nosso, Deputados.

Neste sentido é que pedimos o apoio de todos os Srs. Deputados para a aprovação deste requerimento e, assim, podermos esclarecer todas as dúvidas que, porventura, tenhamos a respeito do Banco Del Paraná e da instituição BANESTADO.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Está em votação o requerimento. Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como estão. **Aprovado.**

O SR. PAULO MAIA - Verificação de votação, Sr. Presidente.

O SR. JOSÉ TAVARES - Chamada nominal, Sr. Presidente.

(Logo em seguida desiste da chamada nominal).

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Havendo o Sr. Deputado José Tavares, desistido da chamada nominal, solicito aos Srs. Deputados que retornem aos seus lugares para procedermos à verificação de votação.

Os Srs. Deputados que aprovam o requerimento de convocação do Secretário da Fazenda queiram levantar-se.

Dez (10) Srs. Deputados aprovam. Evidentemente está rejeitado o requerimento.

Requerimentos n°s 1873 a 1875, de autoria do Sr. Deputado Domingos Carvalho, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos n°s 1876 a 1880, de autoria do Sr. Deputado Renato Adur, constante do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 1837, de autoria do

Sr. Deputado Dr. Rosinha, constante do expediente de Sessão anterior. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para quarta-feira, dia 10, às 10:00 horas, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

DISCUSSÃO ÚNICA - das Proposições n°s 047 e 078/94.

2.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução n° 001/92.

3.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 183/94.

1.^a DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei n°s 152, 214/94 e do Projeto de Resolução n° 016/94.

Levanta-se a sessão.

Atos da Comissão Executiva:

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições

R E S O L V E:

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA N° 170/94

I - exonerar, a pedido, LEÔNCIO VIDAL DA COSTA, do cargo em Comissão, símbolo 2-G, do Gabinete do Deputado Nilton Cezar Servo, a partir de 1° de julho de 1994;

II - exonerar, a pedido, ANTÔNIO DOMINGOS DA SILVA, do cargo em Comissão, símbolo 2-G, do Gabinete do Deputado Nilton Cezar Servo, a partir de 1° de julho de 1994;

III - exonerar, a pedido, ELENILTON DUTRA DE ANDRADE, do cargo em Comissão, símbolo 2-G, do Gabinete do Deputado Nilton Cezar Servo, a partir de 1° de julho de 1994;

IV - prover, SIDNEIS ANTÔNIO MENDES DE MORAES, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 1-G, do Gabinete do Deputado Nilton Cezar Servo, a partir de 1° de julho de 1994;

V - prover, MARICELIS CRISTINA REGINATTO, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 1-G, do Gabinete do Deputado Nilton Cezar Servo, a partir de 1° de julho de 1994;

VI - prover, EVA CHIRLEI MENDES DOS SANTOS, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 1-G, do Gabinete do Deputado Nilton Cezar Servo, a partir de 1° de julho de 1994;

VII - prover, SILVANA DE FÁTIMA ALVES, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 1-G, do Gabinete do Deputado Nilton Cezar Servo, a partir de 1° de julho de 1994;

VIII - prover, SALATIEL ZÓZIMO RICAS, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 1-G, do Gabinete do Deputado Nilton Cezar Servo, a partir de 1° de julho de 1994;

IX - prover, ADEMIR ALVES DE SOUZA, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 1-G, do Gabinete do Deputado Nilton Cezar Servo, a partir de 1° de julho de 1994.

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA N° 171/94

I - exonerar, a pedido, VILMA APARECIDA NUNES TONINELLO, do cargo em Comissão, símbolo 6-C, de Assistente de Cerimonial, da Diretoria de Serviços Especiais, a partir de 1° de julho de 1994;

II - prover, SIMONE TONINELLO, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 6-C, de Assistente de Cerimonial, da Diretoria de Serviços Especiais, a partir de 1° de julho de 1994;

III - autorizar SIMONE TONINELLO, a prestar serviço em Regime de Tempo Integral e Dedicção Exclusiva, na base de cem por cento (100%), sobre seu vencimento básico, a partir de 1° de julho de 1994, de acordo com o Art. 177, da Lei n° 6.174, de 16 de novembro de 1970.

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA N° 173/94

I - exonerar, a pedido, ANTONIO CARLOS MARENGONI, do cargo em Comissão, símbolo DAS-5, do Gabinete do Deputado Júlio Bifon, a partir de 1° de julho de 1994;

II - prover, INÁCIO PERES POSO, para exercer o cargo em Comissão, símbolo DAS-5, do Gabinete do Deputado Júlio Bifon, a partir de 1° de julho de 1994;

III - autorizar INÁCIO PERES POSO, a prestar em Regime de Tempo Integral e Dedicção Exclusiva, na base de cem por cento (100%) sobre seu vencimento básico, a partir de 1° de julho de 1994, de acordo com o Art. 177, da Lei n° 6.174, de 16 de novembro de 1970;

IV - exonerar, a pedido, MARIA CATALINA PEREZ, do cargo em Comissão, símbolo 3-G, do Gabinete do Deputado Júlio Bifon, a partir de 1° de julho de 1994;

V - prover, MARIA CATALINA PEREZ, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 1-G, do Gabinete do Deputado Júlio Bifon, a partir de 1° de julho de 1994;

VI - prover, ANTONIO CARLOS MARENGONI, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 1-G, do Gabinete do Deputado Júlio Bifon, a partir de 1° de julho de 1994;

VII - prover, AURÉLIO CONTESSOTO, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 1-G, do Gabinete do Deputado Júlio Bifon, a

partir de 1° de julho de 1994;

VII - exonerar, a pedido, JOILIR PEREZ BIFON, do cargo em Comissão, símbolo 3-G, do Gabinete do Deputado Júlio Bifon, a partir de 1° de julho de 1994;

IX - prover, JOILIR PEREZ BIFON, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 1-G, do Gabinete do Deputado Júlio Bifon, a partir de 1° de julho de 1994;

X - exonerar, a pedido, MARIA PEREZ BIFON, do cargo em Comissão, símbolo 3-G, do Gabinete do Deputado Júlio Bifon, a partir de 1° de julho de 1994;

XI - prover, MARIA PEREZ BIFON, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 1-G, do Gabinete do Deputado Júlio Bifon, a partir de 1° de julho de 1994;

XII - prover, GONSALINA VIEIRA MARENGONI, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 1-G, do Gabinete do Deputado Júlio Bifon, a partir de 1° de julho de 1994;

XIII - prover, LUCIANA DE SOUSA VICENTE, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 1-G, do Gabinete do Deputado Júlio Bifon, a partir de 1° de julho de 1994;

XIV - prover, LAURA MARIA CECÍLIO, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 1-G, do Gabinete do Deputado Júlio Bifon, a partir de 1° de julho de 1994;

XV - prover, SÔNIA APARECIDA RIBAS DIAS, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 1-G, do Gabinete do Deputado Júlio Bifon, a partir de 1° de julho de 1994.

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA N° 174/94

I - exonerar, a pedido, PÍNDARO PEREIRA BORBA, do Cargo em Comissão, símbolo 2-G, do Gabinete do Deputado Luiz Antônio Setti, a partir de 1° de julho de 1994;

II - prover, PÍNDARO PEREIRA BORBA, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 1-G, do Gabinete do Deputado Luiz Antônio Setti, a partir de 1° de julho de 1994;

III - prover, CLÁUDIA GONÇALVES GRODZKI, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 1-G, do Gabinete do Deputado Luiz Antônio Setti, a partir de 1° de julho de 1994.

(Protoc. n° 6294)

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA N° 175/94

I - exonerar, a pedido, JANAÍNA IZAR ABAGE, do cargo em Comissão, símbolo 2-G, do Gabinete do Deputado José Tavares, a partir de 1° de julho de 1994;

II - prover, JANAÍNA IZAR ABAGE, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 1-G, do Gabinete do Deputado José Tavares, a partir de 1° de julho de 1994;

III - prover, SIMONE DE SOUZA ORTEGA, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 1-G, do Gabinete do Deputado José Tavares,

a partir de 1° de julho de 1994.

(Protoc. n° 6565)

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA N° 176/94

I - exonerar, a pedido, ANÍZIO ANDRADE DA SILVA, do cargo em Comissão, símbolo 2-G, do Gabinete do Deputado Edson Silva Lino, a partir de 1° de julho de 1994;

II - exonerar, a pedido, SUELI ESTHER SILVA LINO, do cargo em Comissão, símbolo 1-G, do Gabinete do Deputado Edson Silva Lino, a partir de 1° de julho de 1994;

III - prover, SUELI ESTHER SILVA LINO, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 3-G, do Gabinete do Deputado Edson Silva Lino, a partir de 1° de julho de 1994.

(Protoc. n° 6664)

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA N° 177/94

I - exonerar, a pedido, NILVA TEREZINHA DOS SANTOS, do cargo em Comissão, símbolo DAS-5, do Gabinete da Liderança do PFL, a partir de 1° de julho de 1994;

II - aprovar, JOSILIANO DE MELLO MURBACH, para exercer o cargo em Comissão, símbolo DAS-5, do Gabinete da Liderança do PFL, a partir de 1° de julho de 1994;

III - autorizar JOSILIANO DE MELLO MURBACH, a prestar serviço em Regime de Tempo Integral e Dedicção Exclusiva, na base de cem por cento (100%) sobre seu vencimento básico, a partir de 1° de julho de 1994, de acordo com o Art. 177, da Lei n° 6.174, de 16 de novembro de 1970.

(Protoc. n° 6666)

Palácio "XIX DE DEZEMBRO", em 01.07.94.

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA N° 178/94

I - exonerar, a pedido, LÍGIA DE OLIVEIRA BONTORIN, do cargo em Comissão, símbolo 2-G, do Gabinete do Deputado Nelson Garcia, a partir de 1° de julho de 1994;

II - prover, LÍGIA DE OLIVEIRA BONTORIN, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 1-G, do Gabinete do Deputado Nelson Garcia, a partir de 1° de julho de 1994;

III - prover, OSCALDIR GARCIA PERES, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 1-G, do Gabinete do Deputado Nelson Garcia, a partir de 1° de julho de 1994.

Palácio "XIX DE DEZEMBRO", em 06.07.94

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA N° 179/94

I - exonerar, a pedido, ACIR CÉSAR MATIOLI PAOLINI, do cargo em Comissão, símbolo 1-G, do Gabinete do Deputado Geraldo Cartário, a partir de 1° de julho de 1994;

II - prover, JAIR RODRIGUES, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 1-G, do Gabinete do Deputado Geraldo Cartário,

a partir de 1° de julho de 1994.

(Prot. n° 7831)

Palácio "XIX DE DEZEMBRO", em 07.07.94

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA N° 180/94

I - exonerar, a pedido, JAIME TADEU DA SILVA, do cargo em Comissão, símbolo 3-G, do Gabinete da Liderança do Partido Trabalhista - P.T., a partir de 1° julho de 1994;

II - prover, JAIME TADEU DA SILVA, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 2-G, do Gabinete da Liderança do Partido Trabalhista - P.T., a partir de 1° de julho de 1994;

III - prover, ELIANE ZUKOVSKI, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 1-G, do Gabinete da Liderança do Partido Trabalhista - P.T., a partir de 1° de julho de 1994.

(Prot. n° 8013)

Palácio "XIX DE DEZEMBRO", em 13.07.94.

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA N° 181/94

I - exonerar, a pedido, MARISTELA DE PAULA MULLER, do cargo em Comissão, símbolo 2-G, do Gabinete do Deputado Renato Adur, a partir de 1° de julho de 1994;

II - prover, MARIA CRISTINA DE PAULA MULLER, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 2-G, do Gabinete do Deputado Renato Adur, a partir de 1° de julho de 1994;

III - exonerar, a pedido, WILMA CECÍLIA DIB ORIGE, do cargo em Comissão, símbolo 1-G, do Gabinete do Deputado Renato Adur, a partir de 1° de julho de 1994;

IV - prover, MARIZETE TEREZINHA MARTINS LOUREIRO, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 1-G, do Gabinete do Deputado Renato Adur, a partir de 1° de julho de 1994;

V - exonerar, a pedido, JOSEFA INÁCIO DA SILVA, do cargo em Comissão, símbolo 2-G, do Gabinete do Deputado Renato Adur, a partir de 1° de julho de 1994;

VI - prover, JOSEFA INÁCIO DA SILVA, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 1-G, do Gabinete do Deputado Renato Adur, a partir de 1° de julho de 1994;

VII - prover, MÁRCIA TACHINI SCHNEIDER, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 1-G, do Gabinete do Deputado Renato Adur, a partir de 1° de julho de 1994;

VIII - exonerar, a pedido, ARNALDA OLIVEIRA MELLO, do cargo em Comissão, símbolo 1-G, do Gabinete do Deputado Renato Adur, a partir de 1° de julho de 1994;

IX - prover, ELIZANDRA POLAK, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 1-G, do Gabinete do Deputado Renato Adur, a partir de 1° de julho de 1994;

X - exonerar, a pedido, VERA ARLANZA CLEVE DE OLIVEIRA, do cargo em Comissão,

símbolo 1-G, do Gabinete do Deputado Renato Adur, a partir de 1° de julho de 1994;

XI - prover, ROSIANE DE FÁTIMA JOS-WIAK, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 1-G, do Gabinete do Deputado Renato Adur, a partir de 1° de julho de 1994. (Prots. n°s 8032, 8033, 8035, 8047 e 8048).

"Palácio "XIX DE DEZEMBRO", em 13.07.94.

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA N° 182/94

I - exonerar, a pedido, MARIZETE TEREZINHA MARTINS LOUREIRO, do cargo em Comissão, símbolo 1-G, do Gabinete da Liderança do PMDB, a partir de 1° de julho de 1994;

II - prover, WILMA CECÍLIA DIB ORIGE, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 1-G, do Gabinete da Liderança do PMDB, a partir de 1° de julho de 1994.

(Prot. n° 8034).

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA N° 183/94

I - exonerar, a pedido, DOMINGOS BARBOSA MENEZES JÚNIOR, do cargo em Comissão, Símbolo 2-G, do Gabinete do Deputado Plauto Miró Guimarães Filho, a partir de 1° de julho de 1994;

II - prover, DOMINGOS BARBOSA MENEZES JÚNIOR, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 1-G, do Gabinete do Deputado Plauto Miró Guimarães Filho, a partir de 1° de julho de 1994;

III - exonerar, a pedido, ALBERTO REICH, do cargo em Comissão, Símbolo 1-G, do Gabinete do Deputado Plauto Miró Guimarães Filho, a partir de 1° de julho de 1994;

IV - prover, ALBERTO REICH, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 2-G, do Gabinete do Deputado Plauto Miró Guimarães Filho, a partir de 1° de julho de 1994.

(Prot. 8089)

Palácio "XIX DE DEZEMBRO", em 15.07.94.

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA N° 186/94

conceder aposentadoria, a pedido, a JOSÉ CARLOS PEREIRA PAIVA, matrícula n° 180, ocupante do cargo de Consultor Técnico "A" - NU-2. do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, nos termos do Art. 35, inciso III, letra "a" da Constituição Estadual, combinado com o art. 132 e parágrafos, e Art. 140 incisos I e II da Lei n° 6174/70, com proventos mensais e integrais correspondentes ao seu cargo efetivo, acrescidos de gratificação inerentes à simbologia 1-F; cinco (05) triênios de acordo com o Art. 4° e parágrafo 1° da Resolução 02/64 e Proposição n° 66/83; cinco (05) quinquênios, de acordo com a Lei n° 6174/70, em seu art. 170, parágrafo único,

calculados em conformidade com a Proposição n° 7894/91 do Tribunal de Contas do Estado; quatro (04) adicionais, de acordo com o Art. 171 e parágrafo 1° da citada Lei n° 6174/70 e Art. 37, inciso XIV da Constituição Federal; e cem por cento (100%) de gratificação pela prestação de serviços em regime de tempo integral e dedicação exclusiva, de acordo com o Art. 1° da Lei n° 6794/76, com nova redação dada pelo Art. 6° da Lei Complementar n° 21/84, e conforme o que dispõe o Decreto Legislativo n° 229/85, resultando em proventos

Curitiba, terça, em 09.08.94

mensais no valor de 722,16 (setecentos e vinte e duas vírgula dezesseis) URVs., e perfazendo o total anual de 8.665,92 (oito mil, seiscentos e sessenta e cinco vírgula noventa e duas) URVs...

(Prot. n° 1318)

Palácio "XIX DE DEZEMBRO", em 01.08.94.

(aa) ORLANDO PESSUTI

Presidente

ANIBAL KHURY

1° Secretário

DIRCEU MANFRINATO

2° Secretário